

**ESCRITA SOBRE A EFETIVAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES
TRABALHADORAS E DO MOVIMENTO DE MULHERES DO BREJO NA
DÉCADA DE 1980¹**

Laianny Cordeiro Silva de Souza

Mestra em História

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Laiannysouza12@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho, apresento minhas interpretações a respeito de algumas das narrativas que me foram apresentadas em pesquisa de campo, através de entrevistas, e que começam a desenhar como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT) e Movimento de Mulheres do Brejo (MMB) foram constituindo-se e passaram a atuar. Para tanto, realizo a discussão pautando nuances que se deram no campo da história e possibilitaram que narrativas como essas do MMT e MMB sejam analisadas e registradas na escrita. Finalizo explicando como foram os esforços para formação dos dois grupos, considerando o trabalho da coordenação e a colaboração das diversas mulheres e entidades que deram suporte ao MMT e MMB. Embasam esta escrita as(os) autoras(es) Alberti (2014), Veyne (2008), Ankersmit (2012), Borges (2014), Rosa (2013), entre outras/os. Foram entrevistadas as seguintes mulheres: Maria Izabel Cavalcante Pontes, Cícera Virginio Pontes, Maria Benício de Pontes, Josefa Leonardo dos Santos, Ana Maria dos Santos e Luzia Soares Ferreira.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; movimentos; trabalhadoras

INTRODUÇÃO

Neste texto, registro alguns posicionamentos e mudanças que ocorreram no campo da história que tem possibilitado construir uma representação e a validação e

¹ Este trabalho trata-se de parte da minha Dissertação de Mestrado intitulada *MULHERES TRABALHADORAS EM MOVIMENTO: MMT e MMB na Paraíba nos anos de 1980*.

utilização de fontes que dão voz às camadas populares, entre outras, que permitem que o outro lado da história - por muito tempo apagado e não considerado - seja discutido; bem como, entrelaço a essa discussão à escrita sobre a formação do MMT e do MMB.

Como meu intuito é construir uma representação a respeito da trajetória, na década de 1980, destes dois agrupamentos citados, interligo, no decorrer desta escrita, discussões que foram realizadas por intelectuais que se dedicaram a trabalhos voltados para questões relacionadas ao ofício de ser uma historiadora e que são relevantes para a minha pesquisa. São trabalhos voltados para o debate sobre representação, memória e militância feminina, assim como, sobre as implicações da Ditadura Militar para com os coletivos de mulheres.

Refiro-me às discussões que dizem respeito à construção de representações de Roger Chartier (1991 e 2010), de Peter Burke (1995) e de Franklin Rudolf Ankersmit (2012), da impossibilidade de se viver e reconstruir o passado do modo que ele ocorreu, de Paul Veyne (2008), do uso da rememoração como meio para se agir no momento presente, de Jeanne Marie Gagnebin (2009), dentre outras que norteiam o manejo que tenho tido com o meu objeto de pesquisa, que, como já pontuei, versa sobre militância feminina através de dois movimentos sociais na Paraíba. Ora traçando caminhos em separado, ora juntos, caminhando em parceria, os dois movimentos lutaram por uma sociedade de direitos igualitários e de sujeitos históricos e políticos plurais.

A escrita sobre o trabalho de formação dos dois grupos perpassa pela atuação da coordenação e da colaboração das diversas mulheres e entidades que deram suporte ao MMT e MMB. Contribuíram para o desenvolvimento deste texto, através de entrevistas: Maria Izabel Cavalcante Pontes, Cícera Virginio Pontes, Maria Benício de Pontes, Josefa Leonardo dos Santos, Ana Maria dos Santos e Luzia Soares Ferreira.²

1. Representação e memórias: contribuições para o registro da trajetória do MMT e do MMB

² Estas serão referidas pelos nomes que são conhecidas popularmente.

Seguindo meu propósito de trabalhar na perspectiva de representação³ do que foi a trajetória do MMT e do MMB em 1980, evidencio que as descrições relatadas nesta escrita são interpretações que partiram das narradoras que tiveram suas experiências lá atrás nesses eventos, bem como, interpretações minhas, por ter analisado as falas de cada uma delas e os fragmentos que encontrei ao longo da pesquisa nos escassos materiais sobre esses movimentos sociais.

Nesse sentido, como aponta Chartier (1991), a representação é algo único e a maneira que cada sujeito vai recebê-la, também, o será. Vejamos, pois, o relato de Zefinha, no decorrer da entrevista, quando eu falava sobre o MMT: “Agora eu não sabia de que era isso MT? [...] Eu não conhecia assim, esse nome assim, sabe? Eu achava assim que nós quando é rainha⁴ briga por terra. Eu fui de tudo.” (Zefinha)⁵ Ela participou de várias atividades do MMB e do MMT; na sua narrativa, as atividades destes grupos seriam extensões dos trabalhos do sindicato de trabalhadoras/es rurais da cidade de Alagoa Grande (PB) que tinha a frente Maria da Penha. Ela não os reconhecia pela sigla que aparece na maioria dos outros discursos e nos materiais que encontrei sobre eles. Entretanto, Zefinha incorpora ao seu relato nomes, datas, motivações do agrupamento e eventos que estão presentes em todos os outros discursos.

Desse modo, estando consciente de que existem diferenças entre o representado e a sua representação, reporto-me às considerações de Franklin Rudolf Ankersmit, para quem, “[...] não devemos confundir o representado de uma representação com o que é representado por uma representação – assim como não devemos confundir o sentido de um enunciado com o tema que está sendo tratado.” (ANKERSMIT, 2012, p. 221-222). Nessa perspectiva, o que é possível encontrar no decorrer desta pesquisa e de outras sobre a trajetória desses movimentos sociais são fragmentos de acontecimentos que já fazem parte de um passado e não o próprio acontecimento em si da forma que ele ocorreu. Por isso, são passíveis de serem encontradas várias leituras, inclusive,

³ Ver Chartier, 1991 e 2010; Burke, 1995 e Ankersmit, 2012.

⁴ No entendimento da autora, a entrevistada utiliza a expressão no sentido de mulher forte e determinada.

⁵ Entrevista concedida à autora em 19 de junho de 2018.

divergentes umas de outras. A exemplo, citarei as narrativas que apontam quem iniciou o movimento de mulheres,

Porque, na realidade, quando a gente conheceu Penha ela já era já do sindicato, ela já vivia já nessa vida, já convidava a gente pra ir; então Penha foi a principal, que hoje em dia, hoje em dia, às vezes, aparece mulher que diz, eu fui quem tomei conta, foi eu quem comandeí, foi eu que fiz isso, aquilo outro, é nunca não gente, falar é fácil, vamos vê quem começou.” (Zefinha)

Para Zefinha, Penha foi a responsável pela criação do movimento de mulheres na mesorregião do Agreste Paraibano. Já para Cícera⁶, a organização de mulheres tinha sido iniciada e levada à frente por Inez⁷, que detinha aproximação com o SEDUP e a Diocese de Guarabira. Cícera enfatiza que “Inez era a cabeça dessas coisas, era Inez, Ana Alice, Valéria, Izabel Sofia, uma que morreu [...], agora eu me esqueço do nome dela, [...] era esse povo todinho.” (Cícera)

Zefinha e Cícera não deixam de ter razão no que afirmaram, pois, Penha e Inez estiveram na formação inicial dos grupos e cada uma delas se destacou no trabalho que desenvolveu na sua região. Elas salientaram o que para cada uma delas configura em suas memórias como de maior relevância.

Essa ação acima pode acontecer porque os relatos contados por pessoas diversas, mesmo que seja sobre um tema idêntico, como no caso dessa representação sobre o MMT e o MMB, acontece de maneiras diferentes e de lugares sociais distintos. Nesse sentido, em consonância com Chartier (1991, p. 178), “É preciso considerar também que a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, espaços, hábitos.” Isto posto, é considerável que os sujeitos históricos façam as suas atribuições ao mundo em que eles estão inseridos e apresentem as suas narrativas a partir do seu lugar social, como o fez Izabel quando relatou sobre a sua militância,

Nas convenções que eu participava, muitas lutas aconteceram, elas foram protagonistas das lutas de terra, de forma muito, até mais forte acho que a maioria dos homens, elas eram maioria, elas começaram a ver que tinham

⁶ Entrevista concedida à autora em 24 de abril de 2018.

⁷ Ela se refere à Inez Eunice Bassanezi.

questões delas né? Então começaram a se reunir e fundaram o MMT – Movimento das Mulheres Trabalhadoras. (Izabel)⁸

Nesta explanação, Izabel pontua, a partir do seu lugar social, a relevância da atuação das mulheres nas diversas lutas em prol de direitos. Por conseguinte, independente da gradação de pormenores dessas narrativas, segundo Paul Veyne, o que singulariza os eventos “Não é a diferença de detalhes, seu conteúdo, o que são, mas o fato de que acontecem, quer dizer, de que acontecem num dado momento; a história nunca se repetiria, mesmo que vivesse a contar a mesma coisa.” (VEYNE, 2008, p. 22) Narradoras/es distintas/os, de forma peculiar, tratam os mesmos fatos sob suas próprias concepções.

No caso do MMT e do MMB, que chegaram a movimentar vinte e uma cidades⁹ do Agreste e Mata Paraibana, os registros sobre suas atividades estão, em grande parte, dispersos nas memórias das mulheres que deles participaram, havendo a necessidade do registro destes fragmentos na escrita para que não se percam com o passar do tempo.

O ato de rememorar os feitos destes movimentos constitui uma ação de resistência à opressão e ao machismo que vitimou muitas dessas mulheres no passado e de encorajamento para que elas, outras mulheres, e a sociedade de modo geral não permitam que o machismo ou qualquer opressão dessa natureza se fortaleça no presente. Destarte,

A rememoração também significa uma atenção precisa ao *presente*, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. (GAGNEBIN, 2009, p. 55)

O agir para transformar faz parte da vivência cotidiana de sujeitos históricos, como é o caso dessas mulheres que organizaram e tiveram experiências ligadas a esses movimentos sociais. Desta forma, busco, como fez Emmy Duarte (2014), analisar,

⁸ Entrevista concedida à autora em 18 de abril de 2018.

⁹ Alagoa Grande, Alagoa Nova, Alagoinha, Araçagi, Areia, Araruna, Bananeiras, Belém, Cuitegi, Dona Inês, Duas Estradas, Guarabira, Juarez Távoras, Lagoa de Dentro, Mogeiro, Pilões, Pilõezinho, Pirpirituba, Sapé, Sertãozinho e Solânea.

problematizar e interpretar os fragmentos de tais grupos. Logo, levo em consideração que

Faz parte da consciência histórica aprender a mesma coisa: não existe uma “correta” interpretação do passado, mas que o ato de interpretar é, em si, a expansão da experiência vivenciada por outrem, e da qual poderemos nos beneficiar. (GADDIS, 2003, p. 24-25)

Esse benefício referido por Gaddis pode acontecer de múltiplas formas e, dentre elas, a partir da apresentação de ações e situações que não eram do conhecimento das pessoas que não estavam presentes em determinadas realidades. Dado isso, esforço-me para agir conforme a indicação de Ankersmit (2012, p. 245), “[...] tecer dentro de um todo coerente a multiplicidade do passado.” E, nesse caso, em específico, coloco esse ensinamento em prática ao registrar os relatos de Izabel, Cícera, Zefinha, Ana, Maria Preta¹⁰ e Luzia¹¹ aqui presentes porque compreendo que suas trajetórias de militantes representam a luta pelo reconhecimento de um espaço social que, na década de 1980, era negado às mulheres.

[...] E formemo um movimento pequeno e depois foi formando mais grupo e crescendo o movimento com muito sacrifício porque não tinha liberdade; os maridos não deixavam e os filhos pequenos. Aí, quando as mulheres saíam de casa, eles dizia: – o que que essas vagabunda vai fazer no mundo, né? (Maria Preta)

Esse relato de Maria Preta, ao expor os discursos intimidadores dos maridos em relação às mulheres, singulariza as experiências que foram motivadoras para as lutas de resistência destas mulheres no sentido de que suas ações no espaço da militância congregavam a resistência às imposições dos patrões com a resistência à violência doméstica, ou seja, elas se uniram nesses movimentos para enfrentar, sobretudo, as questões de gênero gritantes na região. Estas questões relacionadas ao gênero eram o centro das discussões e das lutas de outros grupos de mulheres. Dentre estes, está o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC), constituído na década de 1980, que passou a ser denominado Movimento de Mulheres Camponesas

¹⁰ Entrevista concedida à autora em 24 de abril de 2018.

¹¹ Entrevista concedida à autora em 29 de junho de 2018.

(MMC) no ano de 2004. No tocante às demandas envolvendo esse movimento, afirmam Giovana I. J. Salvaro, Mara C. de S. Lago e Cristina S. Wolff, que

No movimento social rural de mulheres em análise, lutas de gênero são empreendidas por suas integrantes desde a primeira metade da década 1980. Questões de gênero e classe se apresentam como importantes mobilizadores de militância política, constituição de sujeitos e subjetividades. (SALVARO; LAGO; WOLFF, 2014, p. 53)

Estes sujeitos (mulheres), estando mais esclarecidos das questões que os envolviam, conectavam-se porque assim eram mais fortes. A entrevistada Zefinha enfatiza a importância da união das mulheres nos referidos movimentos:

Porque é aquela coisa, depois que a gente conversa, que a gente vê que tá assim mais seguro, ... porque antes, a gente acha o que? Se eu fizer isso o marido vai bater em mim. Porque batia mesmo, mas, depois que a gente conversa com outra, a gente fica mais à vontade, a gente fica mais solto pra conversar, a gente perde muito aquele medo que a gente tinha; que antes o medo era muito grande, porque os homens batiam mesmo e depois mesmo que eles quisessem ameaçar..., mas, eles tinham medo porque eles sabia de que a gente tava envolvido numa organização que poderia denunciar ele. Qualquer coisa ele poderia né? Não se compara quando a gente tá solto, sozinho jogado lá no canto, de que quando a gente tá organizado. Como diz, a união faz a força e isso é a coisa mais certa. A união faz a força. (Zefinha)

Como se observa na transcrição acima, ao unirem-se, as mulheres não apenas obtinham voz para denunciar a hostilidade da qual eram vítimas no ambiente doméstico como as tornavam mais seguras perante os maridos que passavam a temer a delação dos seus atos abusivos. O apoio que elas encontraram umas nas outras foi responsável por romper barreiras e “quebrar correntes”, em meio a uma sociedade que pregava ser natural o fato das mulheres viverem silenciadas, sem poder questionar aquilo que era imposto para elas, mesmo que isso lhes causasse sofrimento.

Assim, procuro realizar aquilo que F. R. Ankersmit aponta como sendo aspiração das/os historiadoras/es, ou seja, “Quando um historiador constrói sua narrativa, ele seleciona aquelas declarações que pensa serem melhores guias para um entendimento do passado.” (ANKERSMIT, 2012, p. 50-51) São aquelas declarações que, depois da coleta de dados, sobressaem-se pela concentração de detalhes.

Desse modo, enveredo-me nas estruturas sobreviventes do MMT e do MMB, pois, em concordância com Gaddis (2003, p. 57), “[...] os historiadores também iniciam pesquisas com estruturas sobreviventes, sejam arquivos, artefatos ou mesmo memórias.” Essas estruturas são, nesta pesquisa, as principais fontes a que recorri para dar resposta às minhas indagações, lembrando que

A história deve respeitar as exigências da memória, necessárias para curar as infinitas feridas, mas, ao mesmo tempo, ela deve reafirmar a especificidade do regime de conhecimento que lhe é próprio, o qual supõe o exercício da crítica, a confrontação entre as razões dos atores e as circunstâncias constrangedoras que eles ignoram, assim como a produção de um saber possibilitada por operações controladas por uma comunidade científica. (CHARTIER, 2010, p. 12)

Da mesma forma que as considerações acima, o trabalho com memórias no decorrer dessa pesquisa detém tanto a função de registro de fatos passados quanto de identificação de resquícios presentes e, como acentua Verena Alberti, dá-se a partir da “[...] possibilidade de se tomar a ação de constituição de memórias como objeto de estudo.” (ALBERTI, 2014, p. 36). Elas foram acionadas mediante as recordações no momento da entrevista.

Assim, empenho-me em analisar as intenções que podem surgir das mais variadas maneiras e, dentre elas, por meio dos silêncios que, em certas ocasiões, é o modo pelo qual se pode fugir de certas dores e infelicidades. Demonstrando que, tal como argumenta Farge (2011, p. 22), “O historiador é também o vigia dos interstícios por onde entra em cena a infelicidade dita ou sufocada.” Esse sentimento foi proporcionado pela opressão que se fez presente na vida das mulheres que constituíram e que buscaram forças junto aos movimentos sociais como relatado, em entrevistas, pelas integrantes destes coletivos: Soledade, Izabel, Zefinha, Cícera, Maria Preta e Luzia.

O MMT e o MMB tiveram muitos empecilhos no decorrer da década de 1980, período inicial de sua atuação. Dentre os principais obstáculos, estavam os latifundiários, a sociedade conservadora e a Ditadura Militar, todos esses não viam com “bons olhos” a existência de agrupamentos de mulheres atuando pelas ruas. Sendo

perceptível, o entendimento de Susel Oliveira da Rosa de que “Em meio à ditadura, os tiranos não apenas fomentaram a angústia, mas reprimiram duramente aqueles que se insurgiram”. (ROSA, 2013, p. 75). Dessa maneira, elas tiveram que pensar em formas de driblarem essas interdições

2. Da coordenação à colaboração do MMT e do MMB

O grupo que deu origem ao MMT foi criado por um pequeno agrupamento de mulheres, entre 1981-1982¹², no município de Guarabira (PB), para dar resposta às demandas das mulheres que viviam em áreas que compõem as microrregiões de Guarabira e Sapé, inseridas nas mesorregiões do Agreste e da Mata Paraibana.

Essas mulheres são as mesmas mulheres que já estavam nas lutas gerais, né? Elas não surgiram só. Algumas talvez, mas, a maioria já estava nas lutas. Foi apenas uma forma de que as mulheres lutavam, lutavam, mas elas tinham reivindicações que eram delas e que não era só reivindicação econômica que devia que prevalecer. [...] (Izabel)

De acordo com Izabel, em consonância com o relato de Maria Preta, esse grupo de mulheres que deu início ao MMT tinha ligações com os trabalhos sociais que eram realizados pela CPT, da cidade de Guarabira (PB); essa afirmação, também, coaduna com a narrativa de Cícera quando ela indica Inez como organizadora das atividades deste movimento e diz que “[...] ela era ligada à SEDUP, ligada à Diocese, tudo isso, era combinado com Dom Marcelo¹³. Tudo isso era combinado com Dom Marcelo, Pade

¹² Os registros que tive acesso mediante esta pesquisa divergem com relação à data de início deste grupo. Emmy Duarte na sua dissertação de Mestrado (2014) aponta como sendo o ano inicial do movimento 1981, registro que corresponde ao relato de Luzia, já Maria Preta, no transcrito da entrevista, afirma que foi em 1982, relato que coincide com as informações da dissertação de Mestrado (1998) de Tosi e documento da direção do MMT arquivado no SEDUP, da cidade de Guarabira (PB), cuja imagem está no anexo C deste trabalho.

¹³ De acordo com publicação de 27 de março de 2017, do G1 PB, D. Marcelo Pinto Carvalheira (*In Memoriam*) natural de Recife/PE, em 28 de fevereiro de 1953 recebeu em Roma a ordenação de padre. Fez parcerias com Dom Hélder Câmara. Chegou a ser preso e torturado no Brasil no período da Ditadura Militar. Foi nomeado pelo Papa Paulo VI, em 29 de outubro de 1975, Bispo Auxiliar da Arquidiocese da Paraíba. Em janeiro de 1995, depois da renúncia de D. José Maria Pires, assumiu como Arcebispo Metropolitano da Paraíba. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2017/03/enterrado-o-corpo-de-dom-marcelo-carvalheira-em-joao-pessoa.html> Acesso em 17 de fev. de 2019.

Adelino¹⁴ e Pade Luí¹⁵.” (Cícera). Nas perspectivas de Cícera, Izabel e Maria Preta, o MMT era um agrupamento que estava alinhado aos trabalhos da CPT, no entanto, ele ia para além desses trabalhos, isto é, sob a iniciativa de algumas mulheres, foi dado enfoque às questões relacionadas ao feminino.

Este enfoque é abordado no relato de Maria Preta sobre a formação do movimento e sua entrada nele:

Primeiro, foi quando já tava uma organização de cinco mulheres que saíram¹⁶ da CPT, elas trabalhavam na CPT, na Pastoral da Terra, quando elas iam para os encontros, elas viam que os homens, que toda vida foi a maioria, não dava muito valor, assim né? Como mulher, elas se sentiam como escanteada, aí elas pegaram prestavam atenção, como é que elas tavam sendo na CPT e disse assim: – vamos criar um movimento pra nós ter mais vez e conversar mais com mulher, disse vamos! Aí criou-se o movimento. Neuzinha, a mulher de Dé de Pirpirituba, Céu que era de Pirpirituba, Dona Lia do Riachão que é de Araruna, Dona Lia, Céu, Cerise e Antônia Candido, essas daí. As cinco mulher começou convidar pessoa para formar, para trabalhar mais, fazer grupo de mulher, começaram fazer grupo para crescer né... a participação da mulher. Aí eu recebi o convite, quem me mandou lá foi até Vicente. – Maria tu não quer participar de uma reunião lá em Pirpirituba não? Que as meninas mandaram eu procurar uma pessoa aqui de Araçagi [...] (Maria Preta).

A menção feita no trecho acima diz respeito a Vicente Barbosa da Silva que, na época, detinha intenções de presidir o sindicato de trabalhadoras/es rurais da cidade de Araçagi/PB. Segundo Socorro Barbosa citada, por Rayane Aquino Borges, a aproximação de Vicente a este cenário ocorreu da seguinte forma:

Em 1985, um grupo de mulheres se reuniam em várias comunidades para buscarem, em luta, a sindicalização das mulheres no Sindicato Rural dos

¹⁴ Trata-se de padre Francisco Adelino dos Santos, natural de Belém/PB. Este foi padre da cidade de Guarabira, quando na década de 1980, segundo relato de padre Cristiano, publicado no dia 05 de maio de 2016, no *site* da Diocese de Guarabira, teve que exilar-se em Roma, pois estava sendo perseguido pelo esquadrão da morte. Disponível em: <http://www.diocesedegarabira.com.br/em-vida-padre-cristiano-muffler-contou-sua-historia-de-vida-veja/> Acesso em 16 de fev. de 2019.

¹⁵ Trata-se de padre Luigi Alberto Pescarmona, conhecido popularmente como padre Luís, Luí e Pescarmona. Padre de origem italiana que, em consonância com Silva (2014), chegou em outubro de 1966 nas terras brasileiras. Permaneceu por 11 anos em Teófilo Otoni/MG, período em que começou receber da parte de proprietários e jagunços ameaças de morte, sendo, por este motivo, transferido. Chegando em 1977 na Paraíba para atuar no âmbito da Diocese de Guarabira.

¹⁶ No sentido de que se conscientizaram a partir das experiências que tiveram nos trabalhos da CPT, resolvendo daí em diante montar o grupo. E não no sentido de rompimento com a CPT, como a palavra dá a entender.

Trabalhadores de Araçagi. Mas os homens não queriam. Daí foi feita um grande movimento para apoiar um presidente do sindicato que pudesse apoiar a luta das mulheres e foi aí que apoiamos Vicente Barbosa da Silva como presidente. Ele ganhou a eleição dando todo apoio à luta das mulheres dentro do próprio sindicato. Mensalmente tinha uma reunião nas comunidades e na última quarta-feira de cada mês, reunião no sindicato. Nesta reunião se discutia sobre saúde, educação, transporte escolar e trator para cortar as terras dos trabalhadores. E no último domingo de cada mês se reunião [sic] os homens e mulheres no sindicato para levar as propostas para serem aprovadas em assembleia. [...] (SOCORRO BARBOSA/MMT apud BORGES, 2014, p. 35)

O trabalho de Vicente à frente do sindicato citado fortaleceu a realização das atividades do MMT. Inclusive, como relatou Maria Preta, o convite para a sua participação no grupo que originou o MMT foi efetuado por Vicente a pedido das primeiras organizadoras deste grupo, tendo iniciado a sua atuação em 1982. Ela salienta que o movimento de mulheres surgiu a partir da insatisfação delas por se sentirem “escanteadas” na CPT. Nesse momento inicial, o coletivo era pequeno e, desse modo, foram intensificadas as estratégias para conseguir aumentar o número de suas integrantes;

[...] conversamos como era que a gente ia organizar e fiquemos com uma articulação de mulheres, criamos uma articulação de mulheres. Quem vai conversar com quem, quem vai pra onde? Vamos dividir assim, vamos conversar com mulher dos outros municípios, trazer mulher de Sapé, trazer mulher de Lagoa de Dentro, de Duas Estradas. Aí Cerise era de Duas Estrada, Céu de Pirpirituba, Dona Toinha de Araruna, Dona Lia, também de Araruna. [...] em cada município a gente tinha duas coordenadoras. Sim, o movimento era só movimento sem ter coordenação, aí vamos criar coordenação. Aí cada município tinha duas. Araçagi: eu e Socorro; já fazia dois anos que eu participava do movimento, aí Socorro entrou, aí já entrou como coordenadora eu e Socorro. Sapé tinha duas: Angelita e Dona Antônia. Na Cacimba de Dentro: Lucileide e Vanete. Em Duas Estradas: Zefinha, que mora em Violeta e Cerise. Em Guarabira tinha, qual era de Guarabira? Eu não me lembro, eu sei que era Irmã Leal, era, e tinha já Inez que era de Guarabira e levou mais uma que ficou na coordenação, que aquela Lúcia já veio entrar na coordenação já depois. Eu me esqueci, mas as coordenações começaram criar grupos de mulher. (Maria Preta)

Nesse fragmento, Maria Preta destaca como ocorreu a organização das coordenações que eram as representações do movimento em cada localidade, demonstrando a capacidade de organização do grupo em prol do recrutamento de mais mulheres. A ação de integração das mulheres ao movimento passou por algumas

dificuldades, a exemplo das objeções por parte dos maridos e do fato das mulheres terem filhas/os pequenas/os os/as quais não tinham com quem deixar. Apesar disso, esses empecilhos não foram suficientes para barrar a formação do grupo e sua criação ocorreu no período denominado Década da Mulher (1975-1985), estabelecido, assim, pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Sobre essa formação inicial do MMT, comenta Duarte (2014, p. 84):

[...] o MMT/PB surge na década de 1980, no bojo de um debate nacional, tanto no âmbito do feminismo como da Reforma Agrária. Sua prerrogativa para os embates de gênero estabelecem pautas específicas de classe, como: a dupla jornada de trabalho, o salário inferior e os valores do machismo para as mulheres.

Estas questões descritas por Emmy Duarte já eram levantadas por movimentos feminista e de mulheres espalhados pelo mundo. Ao passo que as mulheres do MMT começam percebê-las e pautá-las, ampliam os seus horizontes no que diz respeito à luta política. É por meio de tais pautas do feminismo que, de acordo com Millie Thayer (2001, p. 103), “[...] as mulheres rurais se envolvem com uma gama de militantes feministas, de localizações diversas, em relações constituídas tanto pelo poder quanto pela solidariedade.” Elas passaram a trocar experiências e conhecimentos diversos e, dessa maneira, foram tendo acesso a um mundo exterior que antes desconheciam. Cada mulher militante, a seu modo, foi contribuindo para as modificações que impactaram tanto na sua vida quanto na vida de outras mulheres.

Como exemplo de mulher militante paraibana, Izabel, que se engajou desde os anos de 1970 nas lutas a favor das/os trabalhadoras/es rurais e das/os menos favorecidas/os, buscou melhorar a vida das mulheres, tendo a sua graduação em Direito enriquecido a sua atuação de militante, pois, possibilitou que ela prestasse assessoria jurídica junto aos sindicatos rurais e movimentos sociais, nas microrregiões do Brejo e Curimataú da Paraíba, contidas na mesorregião do Agreste paraibano.

No excerto seguinte, a própria Izabel discorre sobre as questões enfrentadas na época,

[...] começou assim vendo isso, a questão da mulher. Como posseira a mulher não podia se aposentar se o marido fosse aposentado, mesmo ela também sendo trabalhadora rural. Era um absurdo. A gente lutou contra isso, é..., a mulher, ela quando tava grávida trabalhava na cana era levada nos caminhões junto com as ferramentas de trabalho, não havia lugar de amamentação [...] (Izabel).

Situações injustas e até desumanas vivenciadas pelas mulheres nas relações de trabalho e que não se diferenciavam em quase nada dos tratamentos que a maioria das mulheres recebia no âmbito doméstico, onde os maridos menosprezavam seus atos, como nos conta Maria Preta sobre o que eles diziam: “[...] só é besteira, só é doidiça, que mulher não faz nada que preste.” (Maria Preta). Então, o que foi feito para desmotivar e diminuir elas, foi convertido pelas mulheres em estímulos que serviram de base para a criação de uma organização sediada na cidade de Pirpirituba (PB) que visava o empoderamento das mulheres e a abertura de espaço para discussão e firmamento de estratégias a fim de minimizar os atos machistas, opressores e violentos. Pois, segundo Sales (2007, p. 442), “É também no grupo que elas começam a rever suas relações e a perceber as desigualdades entre homens e mulheres.” Tendo sido por meio da atuação do MMT que muitas mulheres foram esclarecidas e encorajadas a fazer frente a estas desigualdades.

O MMT foi desenvolvendo suas atividades até que, em 12 de agosto de 1983, foi morta mais uma mulher, refiro-me ao assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves¹⁷, na cidade de Alagoa Grande (PB). Após este episódio, como informa Cícera, houve um aumento das mobilizações: “[...] aí foi que aumentou mesmo em Alagoa Grande; menina quando a gente ia em Alagoa Grande, a gente tinha até medo¹⁸.” (Cícera)

¹⁷ A atuação de Margarida Alves em prol de direitos para os trabalhadores e trabalhadoras rurais foi interrompida quando sua vida foi ceifada na porta da sua residência. De acordo com Silva (2014, p. 30) “Margarida foi uma das mulheres pioneiras na luta por direitos trabalhistas no campo, suas lutas em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais geraram vários conflitos, pois seus discursos e ideias confrontavam com os interesses dos grandes latifundiários. Esses confrontos resultaram em sua morte, Margarida foi assassinada em sua própria residência por jagunços por ordem de fazendeiros.” Este crime motivou e continua impulsionando a realização da Marcha das Margaridas, uma das mais expressivas marchas de mulheres no Brasil, tendo ocorrido em 12 de agosto dos anos 2000, 2003, 2007, 2011 e 2015.

¹⁸ O medo que ela se refere é pelas proporções das manifestações.

O resultado de tudo isso, conforme afirma Soledade, foi a criação de mais um grupo de mulheres, “Depois da morte de Margarida a gente viu a necessidade de fundar um movimento de mulheres; aí a gente fundou, a gente criou o MMB” (Soledade)¹⁹.

Este coletivo citado por Soledade foi fundado em 1986 por mulheres da cidade de Alagoa Grande (PB), seguia a mesma linha de atividades do outro agrupamento já existente, com seminários, cursos e palestras e detinha objetivos que se aproximavam.

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo desenvolve um trabalho de formação destinado às mulheres das bases rurais, geralmente pequenas agricultoras. O principal objetivo deste movimento é fazer a articulação das mulheres junto ao sindicato sem deixar de lado as questões especificamente femininas. A fundadora desde [sic] movimento foi uma líder sindical paraibana, Maria da Penha do município de Alagoa Grande. (GUIMARÃES, 2012, p. 9, grifo do autor)

Desse modo, o MMB articulava as mulheres nas lutas alinhadas aos sindicatos de trabalhadoras/es rurais, dando ênfase às reivindicações contra os privilégios masculinos e pela ascensão feminina a determinados lugares sociais. Visando a integração de mulheres nesse grupo, Maria da Penha convidou Zefinha para somar nas lutas de resistências que seriam firmadas pelo MMB. Essa aproximação entre elas se deu no sindicato de trabalhadoras/es rurais quando o marido de Zefinha precisou da assessoria do sindicato,

[...] quando chegemos lá no sindicato, a gente foi muito bem recebido por Penha, por Zé Horácio²⁰. E então, a partir desse momento aí Penha disse vamos botar Zefinha, vamos fazer o grupo de mulher, um negócio aqui e a gente vamos botar Zefinha. Zefinha dá pra andar com a gente. Então..., e a partir desse momento, aí a gente começou né? Aí eu fiz amizade com Penha, com Margarida, é... Soledade, é... Aquela outra, Luzia. (Zefinha)

O MMB foi constituído pelo empenho dessas mulheres citadas na narrativa de Zefinha e por outras, a exemplo das mencionadas por Luzia: Ilda, Glória, Marlene, Zefinha, Nice, Maria Benvinda e Cida. Este grupo realizou algumas de suas atividades em conjunto com o MMT, isso devido à proximidade das integrantes, da linha de

¹⁹ Entrevista concedida por Soledade para o projeto Paraíba: mulheres, memórias e ditadura civil-militar, sob a coordenação da professora Dr.^a Susel Oliveira da Rosa, no dia 29/06/2014. Ver Rosa, 2015.

²⁰ Trata-se do marido de Maria da Penha Nascimento Silva.

atuação e por algumas mulheres terem feito parte deste outro movimento antes da criação do MMB, tal como sinaliza Luzia sobre essa integração, “[...] quando o MMB foi criado aqui em Alagoa Grande a gente²¹ já participava do MMT em Guarabira.” (Luzia)

Dentre os eventos que reuniam estes grupos, estavam as caminhadas no dia 8 de março e as atividades realizadas no Centro Paulo VI que concentrava um número significativo de pessoas e foi descrito por Ana como sendo:

[...] um centro de formação; também, era todo igual, tinha o canto onde funcionava a plenária né? Com cadeiras. [...] Tinha a agenda cultural, tinha os debate. Aí tinha, assim, quartos com camas, com colchões, com tudo. (Ana)²²

As mulheres que frequentavam essas atividades e que compunham os dois coletivos buscavam uma sociedade onde a liberdade de expressão e os direitos fossem igualitários para homens e mulheres, como é demonstrado na figura a seguir pelas faixas similares às dos concursos de beleza que elas levavam consigo, contendo palavras de ordens (Direitos Iguais, Educação...), numa caminhada realizada no dia 08 de março de 1986, em Guarabira (PB). Friso que esta estratégia utilizada visa chamar a atenção para as pautas e promover a comunicação com a sociedade em geral.

Figura 01 – Mulheres carregando faixas com reivindicações em passeata na cidade de Guarabira (1986)

²¹ Ela se refere a Soledade, Penha, Margarida e a si mesma.

²² Entrevista concedida à autora em 19 de junho de 2018.



Fonte: Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras na Paraíba, 1986.

A passeata ilustrada na figura acima em que as mulheres se encontram de braços e mãos dadas numa postura de união e protesto, registrada por Maristela Maffei, fez parte das atividades do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba, evento que terá suas atividades reivindicatórias discutidas no capítulo seguinte.

Manifestações semelhantes ocorriam e ocorrem em vários locais do mundo no dia 08 de Março, Dia Internacional da Mulher, que é uma data unificadora das lutas por direitos para as mulheres. Na Paraíba, forças canalizadas por intermédio dos movimentos MMT e MMB foram responsáveis por relevantes ganhos na vida das mulheres, como conscientização de que elas se tratavam de sujeitos de direitos, redução dos atos de violência, dentre outros.

As colaboradoras e coordenadoras desses dois movimentos que aqui estão sendo trabalhados propalaram conscientização e novos conhecimentos para as mulheres através de diversas atividades coletivas e posturas de resistências frente às imposições que lhes eram aplicadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproveito essas considerações para destacar o quão enriquecedor foi o alargamento dos campos de investigação e das fontes históricas, permitindo a apresentação das relevantes contribuições destas personagens que, por muito tempo,

foram invisibilizadas e de tantas outras que, atualmente, pluralizam as narrativas e trazem feitos que antes eram desconhecidos.

No que tange aos movimentos MMT e MMB, empenhei-me em demonstrar como se deram as suas formações, o apoio das/os colaboradoras/es e o trabalho da coordenação para firmar o movimento, despertar nas outras mulheres a conscientização de que era necessário fazer algo para barrar a opressão e o machismo e assim conseguir desempenhar as atividades dos grupos de mulheres.

REFERÊNCIAS

Fontes

Entrevista com Maria Izabel Cavalcante Pontes – Izabel, no dia 18 de abril de 2018.

Entrevista com Cícera Virginio de Freitas – Cícera, no dia 24 de abril de 2018.

Entrevista com Maria Benício de Pontes – Maria Preta, no dia 24 de abril de 2018.

Entrevista com Josefa Leonardo dos Santos – Zefinha e Ana Maria dos Santos – Ana, no dia 19 de junho de 2018.

Entrevista com Luzia Soares Ferreira – Luzia, no dia 29 de junho de 2018.

Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Da Paraíba, 1986.

Bibliográfica

ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral: a ação da memória. In: ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Ed. JIV, 2014.

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **A escrita da história**: a natureza da representação histórica. Tradutores: Jonathan Menezes et al. Londrina: Eduel, 2012, 338 p.

BORGES, Rayane Aquino. **A história de luta e a identidade camponesa do Projeto de Assentamento Santa Lúcia/PB**, 2014, 71p. Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4823/1/PDF%20-%20Rayane%20Aquino%20Borges.pdf> Acesso em 21 de nov. de 2018.

CHARTIER, Roger. “Escutar os mortos com os olhos”. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: USP, vol. 24, n. 69, 2010, p. 07-30.

_____. “O mundo como representação”. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: USP, vol. 11, n. 5, 1991, p. 173-191.

DUARTE, Emmy Lyra. **Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB): mobilização social, trabalho e relações de gênero**, 2014, 130p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/5852> Acesso em: 26 de jan. de 2018.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Tradução: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado**. Tradução: Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GUIMARÃES, Flávia Maia. A (des)construção do imaginário cultural de mulheres rurais no momento de conflito pela terra. In: 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero. João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/download/242/109> Acesso em: 19 de set. de 2017.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres Rurais: Tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, maio. 2007. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200010> Acesso em: 07 jul. 2019.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 51-70, maio 2014. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2014000100004>. Acesso em: 07 jul. 2019.

SILVA, Janiele Souza. **CPT, MST e Políticas de Reforma Agrária: conflitos em torno da questão agrária e da luta pela terra nos Assentamentos Monsenhor Luigi Pescarmona e Margarida Maria Alves I**, 2014, 40p. Monografia (Licenciatura Plena em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3244/1/PDF%20-%20Janiele%20Souza%20da%20Silva.pdf> Acesso em 21 de nov. de 2018.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 103-130, jan. 2001. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100006/8896> Acesso em: 07 jul. 2019.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Tradução: Alda Baltazar; Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008, 285 p.